



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

PARECER 381/2023 – CGM/PMC

Ref. ao Processo Administrativo nº 6022/2022

Assunto: Pregão Eletrônico SRP nº 057/2022 – PMC, registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, destinados ao atendimento das necessidades desta prefeitura municipal, suas secretarias e autarquias pertencentes à Prefeitura Municipal de Cametá/PA.

DA LEGISLAÇÃO:

Constituição Federal/88;

Lei 10.520/02;

Lei 8.666/93;

Lei 4.320/64;

LC 101/2000;

LC 147/2014;

Lei Municipal nº 263/14;

Decreto Federal nº 7.892/2013;

Decreto Federal nº 10.024/2019

Decreto Municipal 152/2021;

Resolução Adm. 43/2017 TCM-PA.

Decreto Municipal nº 252/2021

I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da CF/88 e na Lei Municipal 263/2014, que dispõe acerca da sua instituição nesta Administração Pública Municipal, atribuindo a Controladoria Geral, dentre outras competências, “realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Secretarias Municipais, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia” e demais princípios que norteiam a Administração Pública.

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria Geral do Município para análise e manifestação sobre a matéria.

II – MÉRITO

A Comissão Permanente de Licitação – CPL, encaminhou a esta Controladoria Geral do Município - CGM, solicitação de parecer referente ao processo administrativo nº 6022/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

Trata-se de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico - SRP, autuado sob o nº 057/2022-PMC, para contratação de empresa especializada para futura e eventual contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais de expediente, destinados ao atendimento das necessidades desta prefeitura municipal, suas secretarias e autarquias. Nos autos constam:

- Capa protocolada sob o nº 6022/2022;
- Ofício nº 3925/2022-GAB/PMC do Chefe de Gabinete da Prefeitura de Cametá, solicitando levantamento de quantitativo de materiais de expediente, pela Secretaria Municipal de Educação com a descrição dos Materiais de Expediente;
- Ofício nº 3191/2022 GAB/SEMED, encaminhando a planilha estimada anual de MATERIAIS DE EXPEDIENTE por esta secretaria;
- Ofício Circular nº 3925/2022 – GAB, solicitando levantamento quantitativo de materiais de expediente, pela Secretaria Municipal de Saúde, com a descrição dos Materiais de expediente;
- Ofício 1203/2022 – SMS, solicitando o levantamento de materiais da relação anual de quantitativo de materiais de expediente - SMS;
- Ofício Circular 3925/2025 – GAB, solicitando levantamento quantitativo de materiais de expediente, pela Secretaria de Assistência Social;
- Ofício nº 1440/2022/SEMAS, encaminhando a planilha estimada anual de MATERIAIS DE EXPEDIENTE por esta secretaria;
- Ofício Circular nº 3925/2022 – GAB, solicitando levantamento quantitativo de materiais de expediente, pelo DEMUTT, com a descrição de materiais de expediente;
- Ofício nº 291/2022 – DEMUTT, encaminhando a estimativa anual para a aquisição de materiais de expediente;
- Ofício Circular nº 3925/2022 – GAB, solicitando levantamento quantitativo de materiais de expediente, pelo SAAE, com a descrição de materiais de expediente;
- Ofício nº 146/2022 – SAAE, encaminhando a estimativa anual para a aquisição de materiais de expediente;
- Educação – SEMED/PMC para aquisição do objeto, fls 04;
- Termo de Referência assinado, respectivamente, pelo Secretário Municipal de Educação: Sr Ênio de Carvalho; Chefe de Gabinete: Sr José Maike de Assunção; Secretário Municipal de Saúde: Sr Klenard Attilio Ranieri; Secretária Municipal de Assistência Social: Sra Elane Pinto Cassiano; Diretor de Departamento de Trânsito e Transporte: Sr João Batista Novaes Ribeiro e o Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto: José Cordeiro Alves.
- Termo de aprovação assinado pelo Prefeito Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

- Memorando nº 200/2022 – DCSA, solicitando Dotação orçamentária;
- Ofício nº 391/2022 – DCONTAB, encaminhando a Declaração orçamentária;
- Declaração de adequação da despesa;
- Memorando nº 214/2022, do setor de compras – PMC à Comissão Permanente de Licitação;
- Despacho da CPL, encaminhando os autos para análise jurídica;
- Decreto Municipal nº 081-A/2022;
- Minuta do edital de pregão eletrônico;
- Ofício nº 2478/2022/PGM/PMC;
- Parecer Jurídico nº 1198/2022, manifestando a regularidade do processo;
- Despacho autorizando a abertura da fase externa;
- Publicações em meios oficiais;
- Edital de pregão eletrônico SRP 057/2022 – PMC;
- Propostas enviadas;
- Lances enviados, mostrando as empresas que foram validadas e as canceladas;
- Documentos dos fornecedores;
- Inabilitação dos fornecedores que não atenderam ao estipulado no item 4.4.5 do edital;
- Reabilitados, considerando erro na operacionalização do sistema;
- Prazo para interpor recurso, recursos e contrarrazões;
- Chat do processo;
- Vencedores do Processo;
- Propostas de Preço dos Vencedores;
- Documentos de habilitação;
- Documentos atualizados;
- Termo de Adjudicação;
- Despacho da CPL à CGM, solicitando parecer.

É o relatório.

III - FUNDAMENTAÇÃO

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cuja regulamentação consta na Lei nº 10.520/02 e Decreto Federal nº 10.024/2019, está instruído, de maneira geral, com as devidas peças processuais, em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação.

Ressaltamos que o Sistema de Registro de Preços é regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 152/2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

Adota-se o Parecer Jurídico nº 1198/2022, como complemento a fundamentação.

Após análise processual, passamos a manifestação sobre as peças:

- **Do Edital de Licitação**

O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 057/2022 – PMC menciona a legislação pertinente, bem como a parte interessada em licitar, qual seja o Município de Cametá, por intermédio de seu pregoeiro, externando a realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico sistema de registro de preços, tipo Menor Preço por ITEM, para contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de materiais de expediente.

- **Do pedido de esclarecimentos e da impugnação do edital**

Foi fixado prazo de até 03 (três) dias antes da data de abertura do certame, cumprindo assim os requisitos do art. 41, §1º, da Lei nº 8.666/93 e art. 24, §1º, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

- **Prazos para realização do certame**

A publicação do Aviso de Licitação, em 02 de Dezembro de 2022, indicava a Abertura do Certame das Propostas na data de 16 de Dezembro de 2022 às 9:00 horas, cumprindo o disposto no art. 4º, V, da Lei 10.520/02 e art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/2019, que estabelecem o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, considerando-se para efeito de contagem, a exclusão do dia do início e a inclusão do dia do vencimento.

- **Limites para determinação da modalidade**

A realização de licitação na modalidade Pregão é aplicável para a contratação de bens e serviços comuns, independente do valor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o que se aplica ao caso do processo em curso.

Vale destacar, para fins de verificação da adequação da modalidade utilizada, as jurisprudências do TCU, a seguir elencadas:

“Utilize, sempre que possível, a modalidade de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

usuais no mercado, podendo, todavia, adotar outra modalidade, mas, neste caso, desde que a escolha seja devidamente justificada.”
Acórdão nº 2.900/2009 – Plenário;

“Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão, preferencialmente na forma

eletrônica, quando se tratar de serviços comuns, definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, em conformidade com o art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, e com o item 9.2.1 do Acórdão no 2471/2008, todos do Plenário.” Acórdão nº 137/2010 – Primeira Câmara;

“Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere a opção pela modalidade de pregão e a possibilidade de se imprimir maior celeridade a contratação de bens e serviços comuns. Contudo, há que se ressaltar que os procedimentos executados pela Administração Pública para realização do pregão devem também obedecer aos princípios norteadores de todo ato administrativo, em especial, aqueles previstos no art. 37, caput, da Lei Maior.” Acórdão nº 1182/2007 – Plenário.

- **Documentações de Habilitação**

O item 8 do edital, condiciona a análise da proposta classificada, ao exame da documentação de habilitação do licitante, a qual o Pregoeiro Sr. Adenilton Batista Veiga verificou se houve descumprimento das condições de participação, inclusive quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou para a futura contratação, e constatou que não constam impedimentos em nome das empresas vencedoras e de seus respectivos sócios, conforme certidões acostadas nos autos.

Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, *in verbis*:

“para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

O item 8.7.1. do edital solicita a seguinte documentação quanto a qualificação técnica da empresa vencedora.

- Atestados de Capacidade Técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão para fornecimento pertinente e **COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS**, com o objeto da licitação.

Os documentos relativos a habilitação jurídica foram todos apresentados, nos termos do edital, bem como, os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista, qualificação econômico-financeira e garantem a aptidão das empresas vencedoras para o fornecimento dos itens licitados.

- **Dos recursos administrativos**

Vejam a redação dos incisos XVIII a XXI, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02, que tratam do recurso:

"XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

O edital assegurou o dispositivo legal, para a manifestação das empresas quanto a possibilidade de recursos.

Observou-se que não houveram interposições de recursos.

- **Do preço praticado pelas empresas vencedoras**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 05.105.283/0001-50

Após análise do resultado do certame, observou-se que os preços praticados pelas empresas estão de acordo com o preço estabelecido na média do mapa comparativo de preços, em conformidade com o inciso IV, do art. 43, da lei 8.666/93.

IV - MANIFESTAÇÃO:

Ante ao exposto, esta douta Controladoria **ATESTA REGULARIDADE** do Processo Administrativo 6022/2022, Pregão Eletrônico SRP nº 057/2022 – PMC, por considerar que o processo em tela está em consonância com legislação vigente, portanto está apto a gerar despesa a esta Administração Pública e, **orienta:**

- Que se mantenham atualizadas as condições de habilitação das empresas vencedoras na assinatura contratual e em sua execução;
- Encaminhe ao Ordenador de Despesas para ciência e ato discricionário.

Ressalta-se, que o presente processo está condicionado à apreciação e aprovação da autoridade superior.

É o parecer.

Cametá/PA, 13 de Fevereiro de 2023.

 **ROBERTA LETÍCIA PEREIRA WANZELER**
CONTROLADORA DO MUNICÍPIO
OAB-PA 34.159
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | DECRETO MUNICIPAL Nº 145/2022